

ENTREVISTA COM LADISLAU DOWBOR

**Julio Gomes Almeida
Janete Ribeiro Nhoque**

O papel social da escola de Educação Básica tem sido tema de muitas discussões e estudos nas últimas décadas. Essas discussões têm gerado estudos, pesquisas e mesmo orientado políticas públicas. Desta forma, vem sendo fortemente questionado o modelo de escola consolidado com base nos princípios do pensamento moderno. Tal modelo tem sido relacionado com a falta de qualidade da educação oferecida às crianças, jovens e adultos pelo nosso sistema escolar. Neste sentido, é cada vez mais forte a ideia de orientação da escola para o desenvolvimento local, a partir da consciência de que o principal papel social da escola é contribuir para a qualidade de vida humana coletiva, na comunidade onde está inserida. A questão básica é a seguinte: como inserir essa preocupação no projeto pedagógico da escola, em contextos metropolitanos onde convivem sinais evidentes de riqueza com índices alarmantes de pobreza? Para discutir esta e outras questões relacionadas à Educação Básica, a Revista @mbienteeducação entrevista, neste número, o professor **Ladislau Dowbor**.

166

@mbienteeducação: Em seu artigo “Educação e desenvolvimento local” percebe-se certa crítica ao modelo de escola que funciona como trampolim para que a pessoa “escape” de sua região de origem. Ao mesmo tempo, sabemos que, na sociedade brasileira, predomina uma cultura, segundo a qual a pessoa deve sair de seu local de origem para ampliar a possibilidade de sucesso pessoal. É possível encontrar uma equação para esta situação?

Dowbor: Nosso pecado original é a desigualdade, que é a base do problema, porque nós temos uma dramática desigualdade de renda. O País é administrado assim, os bancos, por meio das taxas de juros, promovem a concentração de renda. Os grandes grupos econômicos trabalham essencialmente com um consumo de luxo e mantêm essa concentração de renda. O modelo de transporte urbano é essencialmente individual, o que dificulta também o acesso da base da pirâmide desse processo. Inclusive os que têm automóvel acabam paralisados, porque, numa metrópole, fazer transporte individual só funciona quando um terço das pessoas tem carro, passando disso a cidade para. Então, são opções das nossas chamadas elites, que sempre gritam que a culpa é dos impostos, o que é uma bobagem radical, porque precisa ver de quem a gente cobra impostos. Na realidade, os impostos não estão servindo para redistribuir a renda. Não é questão de mais impostos, é questão de quem deve pagar, e quem deve pagar são os ricos e os ricos não pagam. Discutir educação sem levar em conta o problema de desigualdade é esquecer o fator principal. Educação tem que ser um elemento de rearticulação da sociedade e não de reprodução da desigualdade. Veja, por exemplo, que as boas famílias mandam os filhos para a USP que é gratuita, e a gente mais pobre, que não consegue, tem que pagar universidade privada; então esse

é o referencial para o qual a gente tem de estar atento. Trata-se, portanto, de assegurar que a educação seja um instrumento efetivo de inclusão social. A ideia do trampolim, de ver a educação no sentido de você encontrar espaço mais no topo da pirâmide social passa justamente por essa polarização entre ricos e pobres que temos. E a ideia, ao invés de trampolim, deve ser a de somar a educação a um vetor de promoção do conjunto da comunidade. A ideia de que individualmente um ou outro pobre conseguirá, digamos, vencer na vida, como se diz, não se trata de vencer na vida e ninguém vencer ninguém, trata-se de promover um desenvolvimento equilibrado, inteligente, decente, uma relação humana, uma relação digna. A escola pode ser um construtor deste processo, desta dinâmica. Esse é o eixo, e tudo isso passa por um conjunto de reformulações.

@mbienteeducação: É possível viabilizar uma proposta de educação preocupada com o desenvolvimento local, num sistema complexo como é o sistema municipal, onde a autonomia da unidade convive com a vocação controladora do sistema?

Dowbor: Eu acho que há municípios e municípios. Você está falando de São Paulo, você está falando de dez milhões de habitantes, é um país. São Paulo, com suas periferias, é 20 milhões de habitantes, é um grande país. Então, nós precisamos ter sistemas muito mais descentralizados. Nos municípios médios e pequenos é muito mais fácil perceber uma articulação do desenvolvimento com as necessidades locais. São exemplos óbvios como Pintadas, na Bahia, que, como está no semiárido, está ensinando para a realidade do semiárido, está educando as pessoas para enfrentar a realidade da própria região. E isso funciona também em Santa Catarina e em tantos outros municípios. Há um programa chamado *Minha escola, meu lugar*, em que numa pequena localidade adaptaram, com as propostas do trabalho realizado pelo Doutor Marcos Jacob, da Embrapa Meio-Norte, a garantia no município de uma educação que não seja simplesmente voltada para o contexto dos grandes centros, mas da implantação, no currículo escolar, de ações voltadas à realidade local. No plano metropolitano, tudo é mais complexo. A escola atinge praticamente um terço da população. Somando alunos, professores, administradores, escolares, etc., no Brasil, são 60 milhões de pessoas, o que corresponde a um terço da população do País. Então, um país extremamente capilar, são todas as famílias, são todos os bairros, daí você precisa pensar não apenas na visão, digamos de Brasil, você tem que pensar para o caso de regiões metropolitanas. Você já tinha que pensar num bairro, porque a escola tem que se inserir de maneira extremamente densa no bairro. E aí o próprio conceito de administração desses processos tem que ser revisto. É importante que as crianças frequentem as escolas, não escolhendo a escola melhorzinha aqui e ali, mas uma escola que fique a uma distância em que se possa ir a pé. Hoje se trabalha muito o conceito de a criança poder ir a pé da escola para a casa, o que significa tornar as escolas menores. Essas escolas vão ter um núcleo integrado na comunidade, ou seja, escolas com infraestrutura, com equipamentos esportivos, com piscina, porque num espaço comunitário uma piscina é de um custo ridículo, se distribuído pelo conjunto da população. Assim se faz em tantos países: as escolas são abertas para a população no uso das bibliotecas, das piscinas, de quadras esportivas, fora dos horários que recebem especificamente os alunos. Os equipamentos da escola fazem parte do uso coletivo da comunidade. Você tem uma apropriação da escola pela comunidade, onde a criança não está fechada na escola apenas porque os pais precisam trabalhar, e de preferência em horário integral.

@mbienteeducação: Hoje se fala muito de escola em tempo integral.

Dowbor: A gente fala de educação, mas na verdade estamos resolvendo mais o problema dos pais do que o problema da criança. É um conceito de inserção da escola nas dinâmicas comunitárias que tem que ser levado em consideração.

@mbienteeducação: Muito tem se falado em qualidade da educação para todos e, em nome da construção desta escola de qualidade, têm sido formuladas políticas e programas que, embora venham consumindo muitos recursos, pouco têm mudado a realidade concreta da escola. Você considera possível uma educação com qualidade universal, isto é, que seja boa para todos?

Dowbor: As coisas devem ser compatibilizadas. Em um currículo de Matemática, de Português, algumas coisas básicas podem perfeitamente ser comuns. Eu trabalharia com a mesma visão que temos numa universidade. Nós temos uma área interligada a um currículo básico, obrigatório, e temos eletivas. Então, é perfeitamente viável ter alguns currículos básicos para assegurar que certos conhecimentos cheguem ao conjunto do sistema, ao mesmo tempo em que se faça uma adaptação curricular, em função das especificidades de cada região. Eu não vejo conflito nesse sentido. Isso possibilita tanto às pessoas poderem estudar coisas que sejam mais adequadas às suas regiões, aos problemas que enfrentam, como à dimensão pedagógica. Quando você está num bairro onde a criança e seus pais sofrem determinados problemas, que podem ser de poluição de córregos, de violência, de não ter acesso a infraestruturas determinadas e coisas do gênero, você pode trabalhar com as crianças, de forma científica, problemas que são completamente relevantes para eles. Assim, o aprendizado se torna incomparavelmente mais dinâmico e mais assimilável, porque você não está estudando a vida da dona Carlota Joaquina, você está estudando coisas que são relevantes, significativas. Isso em termos científicos e pedagógicos funciona. Vejamos, por exemplo, o chamado Método Paulo Freire. Por que as palavras geradoras têm esse poder? Porque se trata de palavras que são centrais na vida daquelas pessoas. Da mesma maneira, você trabalha os problemas que as pessoas vivem e o menino poder dizer no almoço: “Pai sabe por que o pessoal fica doente? Porque o córrego aqui está com demanda bioquímica de oxigênio. Esta poluição é porque tal empresa está poluindo.” Entenderam? Ele sente, passa a sentir o conhecimento científico como um vetor de explicação de realidades concretas que ele conhece. Ao invés de ele, por exemplo, decorar, o comprimento do Rio Nilo, pode imaginar qual é a relação do Tietê que ele conhece com o Rio Nilo do Egito. Então, essa visão que, de um lado, você está se adaptando a trazer uma resposta, digamos, para os problemas da região, formando uma nova geração que vai saber enfrentar esses problemas, uma nova geração que vai conhecer a sua cidade, vai saber como votar melhor, vai saber como discutir os problemas da região, etc. Isso é uma dimensão e a outra dimensão, que é obviamente pedagógica, porque ninguém aprende direito problemas que sente como não sendo relevantes.

@mbienteeducação: Muitas vezes, quando se propõe discussão a partir dos problemas locais, ouvimos de professores: “Mas e as outras coisas?”

Dowbor: Há espaço para várias coisas. A ponte, essa é uma questão que eu encontro frequentemente. A ponte é o seguinte, se a pessoa entendeu bem o rio que atravessa a sua região, entende o que são cheias, o que é permeabilidade do solo, a importância de manter o leito, o problema de manutenção da calha e do equilíbrio biológico que o rio significa; entende a importância do rio como fonte de energia

elétrica, de lazer, de obtenção de proteína por meio da pesca; entende, enfim, o crime que é jogar lixo no rio. Você chega em um lago do Canadá e joga qualquer papelzinho, sujeira no rio, e a multa é de 5 mil dólares, certo? Se você for encontrado pescando fora do tempo naquele rio, naquele lago, você leva uma multa de 5 mil dólares, mais apreensão do barco, do equipamento de pesca e do teu veículo. A relação é direta com o fisco; são sociedades que protegem o que é seu. Agora, no sentido principal, a pessoa que entendeu profundamente o rio que ela conhece, nas suas dimensões, composição química da água, das diversas funções que a água representa, etc., etc., passará a compreender os problemas do Nilo e da batalha pela água, o problema da transposição da água do Rio São Francisco. Passa a perceber de forma ampla porque entendeu a problemática do entorno, ou, partindo de uma realidade que conhece, portanto, assimila aquilo, e, a partir daí, vai compreender os outros problemas de uma maneira adequada. Então, não é uma questão de um ou outro, a questão é que, enquanto ele decora que o Yang Tsé é assim e o Mekong é tal e o Nilo é aquilo, para ele aquilo é naquele sistema. Terminou o ano ele joga o livro fora, quer grande distância e esquece o pouco que sobrou em sua memória. Porque ele quer se livrar daquilo, porque é entulho; o que não serve para nada é entulho. Veja bem, grande parte da capacidade de memória depende da capacidade de esquecer. Nós somos submetidos a rios de impressões o tempo todo e a capacidade do cérebro de pôr para fora e jogar no esquecimento, se livrar de um monte de pequenas informações, publicidades, o “diabo”, aos quais somos submetidos diariamente, é a maneira de você conservar coisas relevantes. Então, o eixo da Pedagogia é a relevância, não é a quantidade das coisas que você coloca na cabeça.

@mbienteeducação: Uma preocupação que ultimamente tem crescido, não só entre os educadores, mas em todos os setores sociais, é a questão da profissionalização. Como você vê a profissionalização do jovem no contexto metropolitano?

Dowbor: É um problema de adequação. Felizmente e recentemente, tanto o governo federal está investindo pesadamente na formação profissional como o governo aqui no Estado de São Paulo, por meio da Rede Paula Souza e de outros centros. Temos também iniciativas expandidas do Sebrae, com conjuntos de iniciativas empresariais de formação, qualificação, formação permanente, continuada, etc. Eu acho que é um avanço significativo, e que é também necessário que essas escolas de uma rede passem a obedecer a problemas regionais, porque, concretamente, as pessoas fazem um curso desse tipo para se empregar. Desse modo, essa adequação entre o currículo e as demandas regionais de trabalho é vital. Essa não adequação tem outro tipo de impacto. Observe que o último censo aponta que 40% das pessoas que moram no município de São Paulo são de outro município. Na realidade, nós geramos um nomadismo profissional, as pessoas se veem compelidas a sair de seus locais de origem para se empregar. Agora, isso é o básico. Temos problemas mais amplos, como seguinte: em todas as profissões, a dimensão do conhecimento está se expandindo e a obsolescência do conhecimento técnico é cada vez maior. Acabou o tempo em que você se formava como torneiro mecânico, por exemplo, navegava 30 anos com aquele conhecimento e depois se aposentava. Na realidade, com cinco anos, você está precisando se requalificar, porque as exigências mudam. As tipologias entre o torno mecânico tradicional e os sistemas modernos programados e a robótica são muito diferentes. Precisamos de um sistema interativo, sistemas em que tanto a academia, no sentido mais amplo, como as Fatecs, por exemplo, ou como as Etecs, as escolas federais, enfim, passem a ser abertas para as várias etapas das vidas das pessoas.

Então, deveria haver uma parte, como, por exemplo, dois terços de jovens que estão se formando mais novos, mas com a participação de uma parte de trabalhadores da comunidade que já estão atuando. Isso vai permitir a essa gente se requalificar periodicamente, se atualizar no processo científico, e vai trazer para dentro da sala de aula a cultura do setor, os conhecimentos práticos. Essa interação entre alunos novos e os que já têm experiência é extremamente rica. Além disso, vai forçar o professor a capitalizar o conhecimento de gente que já está na área, e não só repetir sua apostila. Eu vejo como extremamente importante essa visão de uma escola um pouco menos lecionadora, um pouco mais articuladora de conhecimentos de uma região, de um território determinado, e fazendo interação permanente entre os diversos segmentos. Hoje nós temos um sistema extremamente fechado, um corredor em que, ano a ano, você vai avançando. Isso atualmente não é mais viável. A meu ver, uma escola técnica que existe num território determinado, não deve considerar que resolveu o problema do aluno quando lhe conferiu o diploma. Ele tem que pensar, e hoje, com a informática, é fácil manter o rol de toda essa gente formada, através de sites de apoio científico; manter o contato com artigos, com pesquisas, etc. com toda essa gente. Facilitar a elaboração de relatórios, coisas do gênero, por todos os que já estão em empresas. Facilitar a realização de estudos que venham para dentro da escola, ou seja, é preciso criar um sistema interativo entre o processo de educação e o processo profissional, com vistas à transformação dos locais de trabalho, por meio do estudo e da pesquisa. Nesse sentido, eu trabalho hoje menos com o conceito de educação e mais com o conceito de gestão de conhecimento. A questão é: como gerir o conhecimento no território, sabendo que o eixo principal da repulsão que estamos vivendo não é mais máquina, não é mais mão de obra e sim o conhecimento incorporado em todos os processos produtivos? Esta é a questão que está se tornando realmente central. Exatamente por isso tem de ser um processo interativo permanente. Vejamos um exemplo. Uma aluna minha fez um estudo muito interessante. Ela é funcionária da Caixa Econômica Federal, empresa que oferece inúmeros cursos para os seus funcionários, de gestão financeira, de matemática financeira, gestão de crédito, etc. Esses cursos representam um grande investimento e são oferecidos para milhares e milhares de funcionários em todo o País. Ela fez o seguinte questionamento: Por que quando a gente vai dar o curso na Caixa Econômica Federal de Peruíbe, em vez de haver só os 15 alunos/funcionários da agência, não se acrescentam mais 15 de pequenas e microempresas da localidade? “Esse pessoal vai passar a entender melhor como administrar o crédito e prestar melhores serviços. Assim, toda interação vai ser mais produtiva. Tanto os gerentes do banco vão aprender, na discussão em sala de aula, como é que o pessoal que está na ponta sente as coisas, quanto o contrário. Vai se tornar melhor a gestão financeira por parte das empresas e por parte dos gerentes de crédito, e a interação vai ser facilitada porque eles vão aprender a trabalhar juntos.” O que é isso? Não é formalmente uma escola profissional, mas na verdade, se você considerar que tem esses sistemas de cursos na universidade corporativa do Banco do Brasil, da Petrobrás e de tantas outras instituições, é um processo muito mais flexível da relação, diferente daquela relação tradicional: estudo, trabalho e depois me aposento. Isso está ultrapassado, não existe mais espaço.

@mbienteeducação: No artigo “Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável”, você diz que a informação adequada e acessível constitui um poderoso racionalizador social. Na educação da rede pública, em especial com relação às informações que circulam em seu currículo, o que demanda maior atenção: a adequação à realidade local ou a acessibilidade de informações significativas?

Dowbor: Evidentemente não é nem um nem outro. Veja bem, nós estamos em uma era em que a formação de um valor de produto está predominantemente centrada na incorporação de conhecimentos. Quando eu pego esse chaveirinho, o custo dele é 5% do plástico ou silício que está aqui dentro e 95% é pesquisa, porque eu aperto um botãozinho abre outro, outro não sei o quê, porque aqui há um código. Tudo isso é conhecimento incorporado; então nós vivemos numa economia onde a geração de valor se dá essencialmente por incorporação de conhecimento. Daí que o aluno precisa ter cada vez mais conhecimento para se incorporar a esses diversos processos. O conhecimento é diferente do custo físico. Se eu passar o meu relógio para você, eu deixo de ter o relógio. Se eu passar o meu conhecimento a você, eu continuo com ele. Isso é fundamental e está mudando radicalmente o conceito de economia no mundo. Quanto mais o conhecimento circula no planeta, mais toda a sociedade se enriquece. Peguem o exemplo do Massachusetts Institute of Technology (MIT), o principal centro de pesquisa dos Estados Unidos, um dos principais do mundo. Eles, a uns anos atrás, decidiram que toda a produção científica de seus pesquisadores e professores seria disponibilizada on-line gratuitamente, acessível e sem limitações. Recentemente saiu um estudo demonstrando que, nos últimos anos, no mundo, foram feitos 50 milhões de downloads de textos científicos só da instituição. Imagine o enriquecimento planetário que isso significa. É o acesso ao conhecimento, não só não cobrado, mas fomentando. É absurdo a gente gastar tanto em educação e você travar o acesso a livros, a estudos, a pesquisa, a filmes e material de pesquisa em geral. A batalha do Xerox é um capítulo ultrapassado, mesmo em um país bem capitalista como os Estados Unidos. Então, a geração do acesso ao conhecimento é vital. O acesso hoje é outra transformação profunda, é sem custos, uma vez que eu coloquei um artigo on-line, uma pessoa pode acessar do Japão, dos Estados Unidos, na comunidade latina, ou seja, é custo virtualmente zero. O acesso ao conhecimento acumulado na humanidade pode ser democratizado de maneira absolutamente radical.

@ambienteeducação: Nesse sentido podemos concluir que a democratização do conhecimento é uma tarefa simples?

Dowbor: Não é tão simples assim, porque grandes grupos econômicos estão tentando colocar pedágios para impedir as pessoas de ter acesso ao conhecimento. Então, temos o mundo da educação tentando generalizar o conhecimento e grandes corporações tentando impedir o acesso a esse mesmo conhecimento. Essa é a grande questão, inclusive em termos internacionais. Uma das principais batalhas é a negociação chamada Trade Related Intellectual Property (Trip), negociada na Organização Mundial de Comércio. É o que, em termos finais, resulta em que você não pode xerocar o livro e coisas do gênero. Claro que, como o acesso é gratuito, os que produzem transformam o artigo em livro publicado ou em coisa do gênero. Eles dizem: “Não, eu quero que o único acesso seja isso aqui. Porque, se as pessoas têm acesso gratuito on-line, eu não vou vender o meu papel.” Mas ele não produziu conhecimento, simplesmente colocou aquilo no papel. Tudo bem, muita gente continua a comprar, as pessoas estão comprando cada vez mais livros. Há que se assegurar o livre acesso ao livro, isso é uma base da visão, digamos, jurídica do problema. A propriedade intelectual não é uma propriedade natural. Se eu compro uma bicicleta, ela é minha, posso dar para o meu filho, posso desmontar, é minha, já a ideia não. Por que as patentes, os *copyrights* são temporários? Não é por ser uma propriedade; a ideia não deve ser propriedade, faz parte da criatividade do planeta. As patentes existem para poder remunerar quem tem uma ideia nova, para

estimular a criação de novos projetos, essa é a base jurídica, por isso ela é temporária. Só que os grandes grupos, que controlam a produção, não do conhecimento, da música, da arte, etc., mas do substrato físico, para continuar suas vendas, querem impedir outras formas de acesso. Eu estou abrindo um pouco esse leque porque nós somos profissionais do conhecimento. A educação é essencialmente um organizador, transmissor do conhecimento. Então temos que entender a raiz econômica desse processo: vocês podem pegar, eu tenho ali, on-line, o artigo da propriedade do conhecimento intelectual, a sociedade do conhecimento, está on-line. Então, portanto, nós temos uma sociedade que evoluiu para o conhecimento incorporado no processo básico de criação do valor econômico. Nós temos a possibilidade desse conhecimento ser compartilhado, porque o que eu passo para o outro não deixa de me pertencer, quer dizer, dá para compartilhar para todo mundo. Isso multiplica a criatividade “de Deus e o mundo” e essa transmissão hoje é gratuita. Não precisa passar no livro de tantas páginas e expedir por correio, etc. O quarto ponto dessa mudança é que não se trata apenas de acesso ao conhecimento, trata-se de cruzar esse conhecimento, essa arte, essa criatividade de maneira criativa. Quando estou escrevendo algo sobre desemprego e coloco “desemprego no setor de serviços, Brasil”, o computador vai me trazer dezenas e dezenas de estudos das mais variadas áreas, de diversas divisões científicas, de diversos eixos, de disciplinas, a visão antropológica, a visão social, a visão ambiental do desemprego, etc. Vou poder aproximar visões e criar uma análise nova. Isso é ciência. Não é decorar uma lista. É aprender, cruzar de maneira inteligente, de modo a criar coisas novas, adequadas para o progresso. O acesso ao conhecimento e à mudança dos conteúdos pesquisados são duas coisas que vão juntas. Agora, ao lado dos produtores de conhecimento, nós temos visões inteligentes e abertas como a do MIT, modestamente do meu *site* que, onde tudo está aberto e *on-line*. Milhares de produtores de conhecimento do mundo estão disponibilizando conhecimento, mas temos empresas de intermediação de conhecimento que querem colocar pedágios. Para obrigar a passar ali, cobrar o pedágio. E temos, ainda, instituições que simplesmente não querem passar os conhecimentos. Isso é importante porque dificulta a inserção de um currículo escolar ligado ao conhecimento da realidade local. Por exemplo, estamos batalhando com a prefeitura para saber uma coisa muito concreta: uma pessoa que precisa de um tratamento médico no sistema municipal, quanto tempo tem de esperar para ser atendida? Olha, não sai! E o que é isso aqui? É uma elite, que está ligada a todo esse problema da desigualdade, que não quer que circule esse conhecimento real, porque não quer a democratização da sociedade. O conhecimento é um vetor poderoso de democracia, por isso, nós temos que assegurar o acesso ao conhecimento, temos que assegurar essa linha de circulação. Bens comuns criativos, *creative commons*, em Inglês, tanto para ter acesso quanto para ter trabalho criativo, vamos ter de enfrentar os mais diversos grupos que vêm ao encontro desses interesses. Eles são intermediários, televisão é um intermediário. Ela te traz o noticiário, seleciona e quer que você tenha a visão deles sobre os problemas que surgem nos jornais, nos diversos grupos. Na realidade, você tem que ultrapassar esses quatro vetores. Ainda temos um quinto ponto, que é o seguinte: a disseminação do acesso à Internet faz com que o conhecimento deixe de ser um processo de uma direção só. Hoje, escrevo um artigo e imediatamente me aparecem os mais variados comentários. Todo mundo passa a criar conhecimento e a criar conhecimento nos comentários de artigos. Há grupos que criam música e jogam na Internet, ou seja, há uma democratização extremamente profunda, digamos, da sociedade com o acesso ao conhecimento. Há um exemplo que poderá cobrir outra questão de vocês, que é importante. Eu recebi um prêmio da revista Click. Um dos premiados era um rapaz chamado Dando, da Favela de Antares, do Rio de Janeiro. Eles organizaram o acesso on-line, banda larga, generalizada

na favela. E o que aconteceu? Eles estão fazendo design, estão prestando serviços de informática, estão fazendo mil coisas. Rapaz jovem, criativo que tem a inteligência como outras pessoas têm, e doou, porque ele tem acesso ao conhecimento. Ele pode divulgar esse conhecimento e pode trabalhar on-line com as mais variadas instituições de qualquer parte. A inteligência é democrática: como ajudou gente rica pode ajudar gente pobre. Esse rapaz falou uma frase forte na reunião: “Olha, com informação nós somos iguais”. Na realidade esse acesso e essa construção de uma educação mais inteligente nesse sentido, voltado nesse conceito mais amplo de gestão do conhecimento, eu acho que é uma transformação profunda da sociedade, não é só da educação.

@ambienteeducação: Você falou sobre a gestão do conhecimento e nós da escola de Educação Básica. Vemos que há necessidade de envolvimento dos professores em qualquer processo que se desenvolva na escola. Hoje, muito se fala que para os professores se envolverem mais com o processo educativo é necessário melhorar os processos formativos, sejam aqueles desenvolvidos na formação inicial sejam os relacionados à Formação Continuada. Como você vê a questão da formação de professores, considerando a necessidade de transformação da escola?

Dowbor: Eu considero a educação com uma imensa dificuldade de se autotransformar. Tem muita gente consciente das necessidades de transformação e uma imensa dificuldade de promovê-la. Eu me lembro de uma escola de elite aqui de São Paulo, onde eu sugeri uma série de mudanças pedagógicas. Tratava-se de uma escola grande e a direção depois comentou comigo: “eu sou a dona da escola, ou seja, tenho uma situação privilegiada. Eu tenho professores de primeira linha, teoricamente tenho tudo para introduzir essas transformações, mas eu não consigo nada porque não é só resistência dos professores, que colocaram na cabeça que a linha vital de sobrevivência deles é a remuneração para cada 50 minutos. Os pais dos meus alunos são de classe média ou classe média alta, pessoas, em tese, esclarecidas, mas que, quando eu tento fazer um currículo mais inteligente, a mensagem que me trazem é essencialmente a seguinte: ‘não inventa. Eu quero que meu filho passe no vestibular, ponto’”. Então seria interessante fazer essa pesquisa. Na educação, quais são os focos de resistência à mudança? Quais são os grandes vetores de resistência? Porque eu acho que não há nada do que eu disse aqui que não seja razoavelmente óbvio. A gente tem que entender as resistências. Há também um outro aspecto importante: muita gente que está em posição de decisão são pessoas de 60 anos ou mais, para quem as novas tecnologias, acesso on-line, gratuidade, constituem um pecado. Essas pessoas reagem ideologicamente, não pensam nos problemas, não entendem a transformação vivida. Assim, de um lado você tem gente desorientada, que toma as decisões e, do outro lado, você tem alunos com uma percepção intuitiva muito clara de que estudar o comprimento do Nilo e a vida de Dona Carlota Joaquina não vai aparelhá-los muito para a vida. Eles estão preocupados com isso. E tem mais, os alunos, a meu ver, estão cada vez mais saturados, porque estudam muitos conteúdos, e não metodologias. Não aprendem a navegar na Internet, a relacionar o conhecimento explicado na escola aos problemas que eles descobrem no cotidiano. Eles ouvem a explicação na sala de aula, depois, se não tiverem a Internet em casa, vão nas *lan houses* – e hoje há mais *lan houses* do que escolas no Brasil –, acessam a Wikipedia e têm uma interpretação muito mais sofisticada e muito mais atualizada que a do professor, que estudou isso anos atrás. A Wikipedia é atualizada. Então, eles dizem: “O que estamos fazendo lá?” Isso se traduz na imensa taxa de abandono, de evasão escolar que vivemos hoje. Temos que passar a ensinar coisas relevantes, já que, para um jovem ou uma criança, passar horas e horas sentado não é fácil. Para um adulto também não!